

Equipamentos culturais e acesso à cultura: convergências entre a política cultural do município do rio de janeiro e o plano nacional de cultura.¹



Cultural equipments and access to culture: convergence between county cultural policy of Rio de Janeiro and culture national plan.

Andreia Ribeiro Ayres <andreia.ayres@uniriotec.br>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil.

Luana dos Anjos Silva <luananhos@hotmail.com>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido 23-mai-16 **Aceito** 01-jun-16

Resumo O artigo tem por objetivo verificar a convergência entre a política cultural do Município do Rio de Janeiro e o Plano Nacional de Cultura no que tange à democratização do acesso à cultura, tendo como referência o acesso aos bens e serviços culturais por meio de equipamentos culturais municipais. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre os temas relacionados à política cultural, setor cultural e economia criativa; análise de documentos oficiais; e coleta de dados municipais de cultura, referente ao ano de 2013. Verificou-se a aderência entre as políticas das duas esferas de poder no que tange ao uso dos equipamentos culturais como suporte para difusão da cultura, por meio do acesso às atividades culturais apoiadas pelo poder público. Portanto, a conclusão é que há convergência entre as políticas e esta sinergia é importante para potencializar o acesso à cultura.

Palavras-chave: equipamentos culturais, política cultural, desenvolvimento.

¹ Artigo apresentado no IV Encontro de Engenharia no Entretenimento, realizado na UNIRIO, em 15-16 de março de 2016, a ser publicado em Anais do Congresso.

Abstract *The article goal is to verify the convergence between county cultural policy of Rio de Janeiro and culture national plan in what concern the democratization of culture access with reference to the access of cultural goods and services through city cultural equipments. To this end, it was realized bibliographical researches about themes related to cultural policy, cultural sector and creative economy; official documents analysis and city data collecting with reference in 2013. The research verified the adhesion between both policies of the two power spheres in what concern the use of equipments as culture dissemination support through access to cultural activities supported by the public power. Therefore, conclusion is that there is convergence between the policies and this synergy it's important to leverage culture access.*

Keywords: *cultural equipments, cultural policy, development.*

Introdução

Em meio ao acirramento da competição do mercado global e as desigualdades sociais, a cultura se torna um ativo importante em sua dimensão simbólica, social e econômica. O tema da indústria criativa ganhou espaço, na década de 1990, com iniciativas na Austrália e no Reino Unido, devido à necessidade de identificar setores com potencial de competição por mercado mundial. Desta forma, a economia da cultura teve seu escopo ampliado para economia criativa, de modo a abarcar todo potencial de geração de patente e a interface com as novas tecnologias (DUISENGER, 2008). Por outro lado, nos fóruns mundiais multilaterais, os olhares também se voltaram para abordagens vinculadas ao desenvolvimento, à valorização da diversidade cultural, à inclusão socioeconômica.

O interesse dos governos sobre a cultura e seu potencial de mercado e de inclusão social se materializa em políticas culturais com objetivos diversos, dependendo das especificidades das estruturas produtivas, vocações e dos problemas sociais de cada lugar. O Brasil entrou neste debate tardiamente, deixando evidente que o direcionamento da política cultural, em nível federal, olha o setor cultural em seu viés de inclusão social, geração de emprego e renda, mas também pela ampliação do acesso aos bens culturais e preservação da diversidade cultural e das identidades regionais.

O Plano Nacional de Cultura 2010-2020 (PNC) dá o direcionamento da política cultural em nível federal e o que se espera da cooperação com estados e municípios. O PNC evidencia a parceria com os demais entes da federação para área da cultura, em especial no que toca à ampliação do acesso aos bens e valores culturais e o papel dos equipamentos culturais. Desta forma, o objetivo do trabalho é verificar a convergência entre a política cultural do Município do Rio de Janeiro e o Plano Nacional de Cultura no que tange à democratização do acesso à cultura, tendo como referência o acesso aos bens e serviços culturais por meio de equipamentos culturais municipais.

Para o desenvolvimento do trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas sobre o setor cultural, economia criativa, política cultural e pesquisa em documentos institucionais, tais como Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016 e Plano Nacional de Cultura 2010-2020 (PNC). Os dados secundários foram pesquisados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Relatório de Gestão 2013 da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). O recorte dado ao ano de 2013 foi definido em função do maior detalhamento de informações municipais relacionando as ações culturais e os equipamentos e por estar no intervalo de tempo do PNC.

Na primeira seção apresentamos o contexto geral em que cultura sobressai como um ativo para se pensar o desenvolvimento com inclusão socioeconômica e como isto irá refletir nas decisões do governo brasileiro em relação à política cultural. Na segunda seção abordamos a articulação entre a política municipal e federal em relação ao papel dos equipamentos culturais para o acesso aos bens e valores culturais e analisamos as linhas de ação da SMC fazendo referências às metas dos PNC e ao uso dos equipamentos culturais. Na terceira seção sintetizamos os principais aspectos da convergência entre as políticas federal e municipal. E na quarta seção levantamos aspectos importantes da aderência das políticas culturais das duas esferas e apontamos para possibilidades de aprofundamento da pesquisa.

Cultura, desenvolvimento e política cultural

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005, na 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é um marco da inclusão da diversidade cultural nas agendas internacionais e nacionais dos países (MIGUEZ, 2007). Recentemente, a discussão em torno da economia criativa levou a cultura a ser vista como um ativo importante para o crescimento econômico e promoção do desenvolvimento com inclusão socioeconômica, independente de sua interpretação antropológica (valores e tradições) ou funcional (prática das artes).

(...) Talvez esses efeitos sejam mais bem resumidos pela proposta de que as atividades culturais dão origem a valor econômico e cultural, sendo este último o provedor da distinta contribuição que esses produtos fazem aos indivíduos, à economia e à sociedade. A partir da perspectiva das políticas, a geração de valor cultural juntamente com o valor econômico da operação de indústrias criativas é relevante porque serve aos objetivos culturais da sociedade, que andam lado a lado com os objetivos econômicos de um governo e são refletidos em um amplo alcance de suas políticas culturais. O valor cultural da identidade é especialmente importante, seja ele compreendido no nível da nação, da região, da cidade, do município ou da comunidade. (UNCTAD, 2010, p.25)

Na Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), a perspectiva do desenvolvimento sustentável, no que tange à cultura, é atribuída à percepção da preservação do capital material e imaterial de uma comunidade ou nação.

A sustentabilidade cultural implica um processo de desenvolvimento que mantém todos os tipos de ativos culturais, desde os idiomas das minorias e rituais tradicionais até trabalhos artísticos, artefatos e prédios e locais patrimoniais (UNCTAD, 2010, p.25)

A garantia dos direitos culturais é uma preocupação que aparece na Constituição Brasileira de 1988, como mostra o artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988). Mas, nos anos 2000, embalada pelos acontecimentos internacionais, a cultura ganha destaque no contexto brasileiro como um setor econômico capaz de gerar desenvolvimento com inclusão social, econômica e valorização da diversidade cultural. A influência dos acontecimentos externos fica patente na inclusão do Artigo 216A, por meio da Emenda Constitucional nº. 71, de 29/11/2012.

Art. 216-A O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela EC 71/2012) (BRASIL, 1988)

No Brasil, a cultura vem sendo tratada como um eixo das políticas públicas de desenvolvimento, expresso no Plano Nacional de Cultura (PNC) e na criação da Secretaria da Economia Criativa, em 2011, ligada ao Ministério da Cultura (MinC). A partir desse novo olhar sobre o setor cultural, em função da projeção da economia criativa, a preocupação da articulação do Governo Federal com os demais entes da federação fica explícita nas diversas metas do PNC.

Nas metas do PNC que envolvem os equipamentos culturais há um chamamento dos entes da federação para a cooperação. É com este olhar que observamos a aderência da política cultural do Município do Rio de Janeiro para democratização da cultura e ampliação do acesso aos bens e serviços e valores culturais com as orientações do PNC, destacando aspectos relacionados aos equipamentos culturais tradicionais (teatros, museus, bibliotecas, centros culturais) e os equipamentos alternativos do município (as lonas culturais e arenas cariocas).

Equipamentos culturais e linhas de ação: aproximações entre as orientações da política municipal e federal para cultura

A partir da leitura do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016 (PRJ), do Relatório de Gestão 2013 da Secretaria Municipal de Cultura e do Plano Nacional de Cultura foram identificadas aproximações entre a política municipal e nacional sobre a democratização da cultura, onde destacamos os equipamentos culturais e as linhas de ação das atividades culturais do município. Aspectos ligados aos equipamentos culturais, ao estímulo às atividades culturais, ao acesso aos

bens e serviços culturais e ao aumento da frequência do público estão presentes na esfera federal e municipal.

Os equipamentos culturais compõem esta infraestrutura para produção e oferta de bens e serviços culturais a serem utilizados por atividades que envolvem o setor cultural.

(...) equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado à cultura existente no município, aberto ao público, podendo ser mantido pela iniciativa privada ou poder público de qualquer esfera, (federal, estadual ou municipal) (IBGE, 2007, p. 15).

Segundo a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “são as regiões mais desenvolvidas onde existe uma maior incidência de infraestrutura cultural, sendo esta incidência também significativa nos municípios de maior porte populacional” (IBGE, 2010, p.64).

Preocupações relacionadas à desigualdade na distribuição e acesso aos equipamentos culturais estão presentes no município do Rio de Janeiro muito claramente desde a década de 1990. As lonas culturais – estruturas herdadas da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) por iniciativa de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de bairros da periferia do município – passaram a ser utilizadas para democratização ao acesso à cultura e foram encampadas pela política municipal de cultura (FERRAN, 2000; CARVALHO, 2013). Hoje, não só as lonas culturais, mas também as arenas cariocas estão localizadas em regiões que carecem de equipamentos culturais tradicionais. O estudo realizado por Melo e Peres (2006), ao cria o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural que considera a variação demográfica, já explicitava as desigualdades na distribuição de equipamentos culturais (públicos e privados) quando analisou os dados da Cidade do Rio de Janeiro.

Da perspectiva do MinC, as instituições ou equipamentos culturais “são locais de trocas e de disseminação da cultura e contribuem para democratizar a cultura e para integrar populações, tanto de áreas periféricas como centrais, pois oferecem aos cidadãos acesso a bens e serviços culturais” (MinC, 2013, p.90). A meta 31 do Plano Nacional de Cultura (2013) procura atacar o desequilíbrio na distribuição dos equipamentos culturais, em escala nacional, apontando para necessidade de que os municípios brasileiros tenham “algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural” (MinC, 2013, p.12). Para tanto, considera fundamental a participação dos municípios e estados.

É preciso que todos os estados e cidades se comprometam a desenvolver e construir espaços culturais e, também, a zelar pela manutenção desses locais. É importante que as características culturais de cada região sejam consideradas tanto no planejamento desses espaços como na programação de serviços oferecidos à população. (MinC, 2013, p.93)

Com base nas diretrizes e metas do Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, identificamos, em linhas gerais, aproximações entre as orientações da política cultural em nível federal,

citada acima, e municipal sobre a expansão dos equipamentos culturais associada ao acesso dos bens e serviços culturais:

Ampliar o acesso aos bens e valores culturais por meio da expansão da estrutura dos equipamentos e atividades culturais... (PRJ, 2014, p. 197)

Expandir a oferta de cultura da cidade através do fomento à atividade cultural, alcançando 350 produções beneficiadas por ano em 2016. (PRJ, 2014, p.198)

O diálogo entre a política municipal e federal é apresentado, a seguir, por meio da articulação entre as linhas de ação da SMC, as atividades culturais e artísticas previstas no PNC e os equipamentos culturais. O termo linhas de ação, utilizadas pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, contempla 10 (dez) ações: 1- teatro; 2- circo; 3- música; 4-dança; 5- artes visuais; 6 - incentivo ao hábito de leitura; 7- publicação de estudos, pesquisas, ensaios e obras literárias diversas sobre a cultura e a economia criativa carioca; 8- espetáculos e intervenções ao ar livre; 9- mostras, festivais, mercados, feiras e/ou premiações culturais; 10 - outras: ações sociais, encontros, eventos comemorativos, multiplataforma, curso de moda, projetos pró-jovem e etc. Entretanto, o foco do trabalho recai sobre as seis primeiras linhas de ação (teatro, circo, música, dança, artes visuais e o incentivo ao hábito de leitura), uma vez que tais atividades culturais e artísticas são recorrentes nas metas do PNC, além de estarem associadas aos equipamentos culturais, um meio importante para a ampliação da oferta de produtos e serviços com conteúdos culturais e como estratégia de democratização da cultura.

Equipamentos e Incentivo ao hábito de leitura

Foram destacadas duas metas do Plano Nacional de Cultura, metas 20 e 32, relacionadas à linha de ação *Incentivo ao hábito da leitura*, linha 6. A meta 20 refere-se à leitura de livros fora do aprendizado formal e a meta 32 ao quantitativo de bibliotecas funcionando nos municípios do país.

Segundo o Plano Nacional de Cultura, o estímulo ao hábito de leitura é uma ação fundamental para atingir a meta 20 – “Média de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro” (MinC, 2013, p.66). As cidades são percebidas como potenciais parceiros nesta empreitada: “Para alcançar esta meta será necessário um esforço do poder público para estimular o hábito da leitura no país. As ações deverão ser feitas por vários ministérios, em parceria com estados, cidades e organizações da sociedade civil.” (MinC, 2013, p.66, grifo nosso)

A linha de ação *Incentivo ao hábito da leitura* (linha 6) abarcou, segundo o relatório de gestão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC, 2014), 51 projetos, 1.223 atividades e obteve um público total de 65.941. As bibliotecas se destacam como o principal equipamento utilizado para as atividades, vide os dados de taxa de ocupação dos equipamentos por linhas de ação, onde todas as bibliotecas foram ocupadas com atividades da linha 6. Além das bibliotecas, os equipamentos teatro, museu, centros culturais, lonas e arenas também abrigaram atividades da linha *Incentivo ao hábito da leitura*, ainda que com menores taxas de ocupação (tabela 1).

Tabela 1 – Equipamentos utilizados pela linha de ação 6.

Equipamentos	Arenas	Lonas	Teatros	Museus	Bibliotecas	Centros Culturais
Total de equipamentos	4	10	12	3	11	9
Equipamentos utilizados	2	5	3	-	11	6

Fonte: Relatório de Gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro
Elaboração dos autores

No Plano Nacional de Cultura, a meta 32 – “100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento” (MinC, 2013, p.94) – é atendida pelo Município do Rio de Janeiro. O Município do Rio de Janeiro possui 12 (doze) bibliotecas, distribuídas pelas 5 (cinco) áreas de planejamento. Embora o município tenha 12 (doze) bibliotecas, em 2013, uma biblioteca não estava relacionada na taxa de ocupação por linha de ação.

Equipamentos nas atividades de teatro, circo, dança, música e artes visuais

As metas 22, 24 e 28 do PNC estão voltadas para o estímulo às atividades culturais e à formação de grupos que atuem nas áreas de teatro, dança, música e artes visuais; para a produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais e para o aumento da frequência em espetáculos e equipamentos. A Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SMC, 2014), por sua vez, distribuiu estas mesmas atividades pelas linhas de ação: Linha 1 – Teatro; Linha 2 – Circo; Linha 3 – Música; Linha 4 – Dança e Linha 5 - Artes Visuais.

Para a meta 22 do PNC - *Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato* (MinC, 2013, p.70) – as cidades são convidadas a colaborar cedendo espaços desocupados, dando isenção de tributos e taxa, promovendo ações de fomento aos grupos. A Prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2013, deu suporte aos projetos culturais com fomento direto (edital e apoio direto) e indireto (renúncia fiscal), conforme quadro 2. Do total de fomento para todas as 10 (dez) linhas de ação, R\$ 96,05 milhões, aproximadamente 83% foi para as linhas destacada no quadro 2.

Quadro 2 – Fomento por linha de ação

LINHAS DE AÇÃO	VALOR DO FOMENTO (em R\$ mi)
Teatro	21,42
Circo	3,57
Música	22,28
Dança	7,60
Artes visuais	14,00
Incentivo ao hábito da leitura	10,83
Total	79,7

Fonte: Relatório de gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

A meta 24 determina que “60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais” (MinC, 2013, p. 76). Uma das metas do Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro para cultura é “Expandir a oferta de cultura da cidade através do fomento à atividade cultural, alcançando 350 produções beneficiadas por ano em 2016.” (PRJ, 2013, p.198). O resultado da oferta de cultura da cidade, por meio de fomento à atividade cultural (SMC, 2014), foi de 368 (quadro 3) produções beneficiadas. Aproximadamente 80% está relacionada com as atividades de teatro, circo, música, dança, artes visuais e incentivo ao hábito de leitura (quadro 4).

Quadro 3 - Crescimento anual de produções alcançadas.

DIRETRIZ	
ANO	PRODUÇÕES ALCANÇADAS
2011	216
2012	321
2013	368

Fonte: Relatório de gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

Quadro 4 - Projetos e atividades por linha de ação

LINHAS DE AÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES
Teatro	88	3.288
Circo	18	51
Música	47	2.815
Dança	28	2.717
Artes visuais	61	3.318
Incentivo ao hábito da leitura	51	1.223
Total	293	13.452

Fonte: Relatório de gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

A meta 28 do PNC é “Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música” (MinC, 2013, p. 84). No planejamento estratégico consta como meta “dobrar a frequência nos equipamentos municipais de cultura até 2016, tendo como referência o ano de 2011” (PRJ, 2013, p.198). Esta meta foi atingida em 2013 com um aumento de aproximadamente 165% no público dos equipamentos culturais (quadro 5). Podemos ainda verificar que as linhas de ação teatro, circo, música, dança, artes visuais e incentivo ao hábito de leitura representam aproximadamente 52% do total de público por atividades culturais (quadro 6).

Quadro 5 - Crescimento do público nos equipamentos culturais.

ANO	PÚBLICO
2011	841.033
2012	1.673.656
2013	2.226.151

Fonte: Relatório de gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

Quadro 6 - público X atividades por linha artística

Linhas de Ação	Público
Teatro	274.127
Circo	2.367
Música	230.321
Dança	100.480
Artes visuais	485.537
Incentivo ao hábito da leitura	65.941
Total	1.158.773

Fonte: Relatório de gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

Ressaltamos que diversos equipamentos são utilizados para as atividades culturais teatro, circo, música, dança e artes visuais. A tabela 2, abaixo, refere-se ao uso de equipamentos públicos municipais para as atividades. Podemos observar dois equipamentos que não aparecem no PNC, mas que são característicos do Município do Rio de Janeiro e de fundamental importância por fazer chegar produtos e serviços culturais em locais onde há carência de equipamentos tradicionais: as lonas culturais e arenas cariocas.

Tabela 2 – Equipamentos utilizados pelas linhas de ação 1-4 e linha 5.

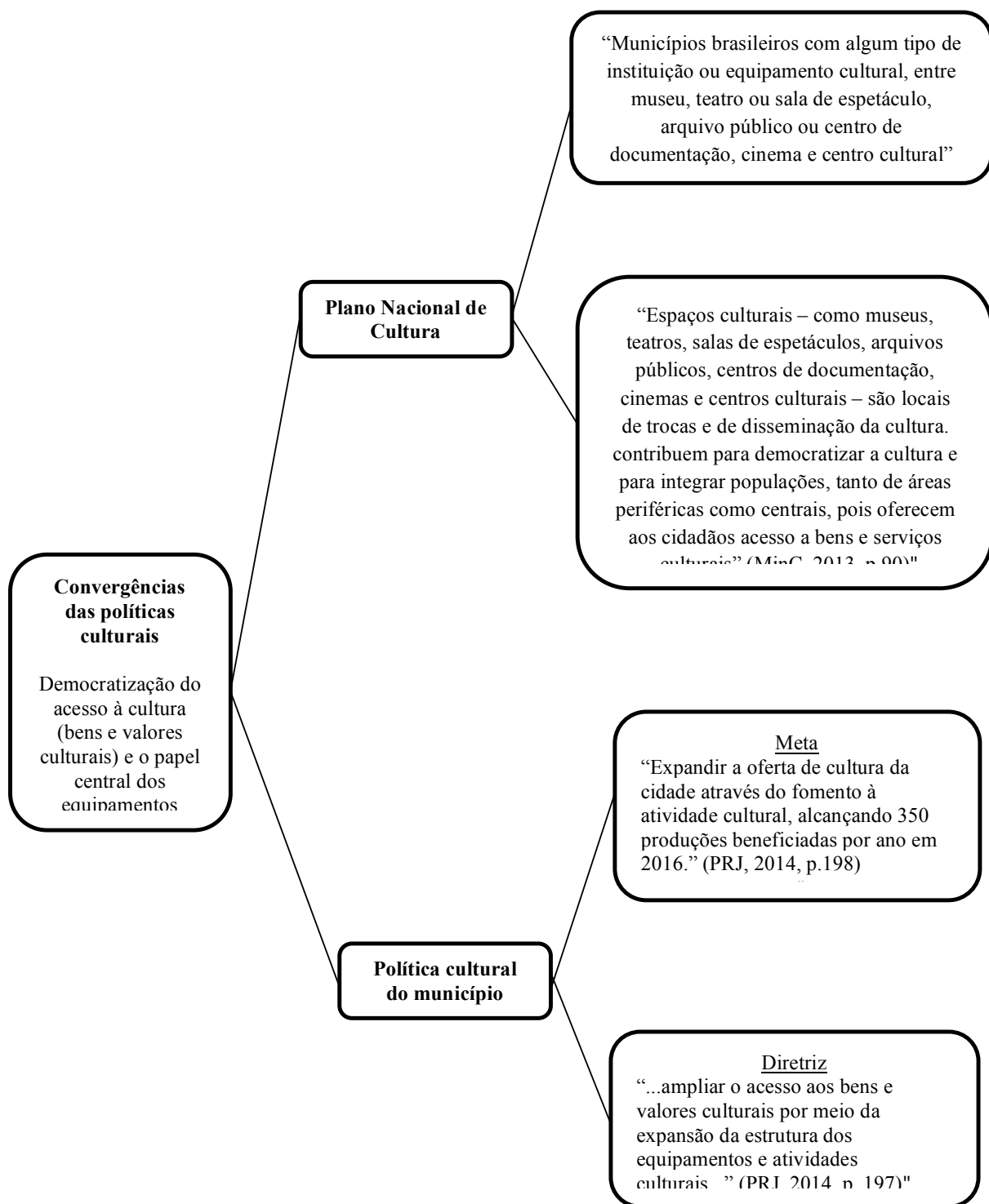
Equipamentos	Arenas	Lonas	Teatros	Museus	Bibliotecas	Centros Culturais
Total de equipamentos	4	10	12	3	11	9
Equipamentos utilizados pelas linhas 1 – 4 (teatro, circo, música, dança)	4	10	12	3	2	9
Equipamentos utilizados pela linha 5 (artes visuais)	3	10	4	3	1	7

Fonte: Relatório de Gestão 2013 – Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro
Elaboração dos autores

Resultados

O objetivo do artigo é verificar a convergência entre a política cultural do Município do Rio de Janeiro e o Plano Nacional de Cultura (PNC) no que tange à democratização do acesso à cultura, tendo como referência o acesso aos bens e serviços culturais por meio de equipamentos culturais municipais. Com base na segunda seção, verifica-se que há convergência entre as políticas municipal e nacional sobre democratização do acesso à cultura (bens e valores culturais) e o papel central dos equipamentos culturais. Na esfera federal, a meta 31 do PNC explicita a necessidade de que os municípios tenham algum tipo de instituição ou equipamento cultural visando reduzir o desequilíbrio na distribuição dos equipamentos e ao acesso à cultura. Na esfera municipal, a diretriz do PRJ aponta para mesma direção ao indicar a necessidade de ampliar o acesso aos bens e valores culturais, por meio da expansão da estrutura dos equipamentos e atividades culturais (figura 1).

Figura 1: Convergências da subseção 2

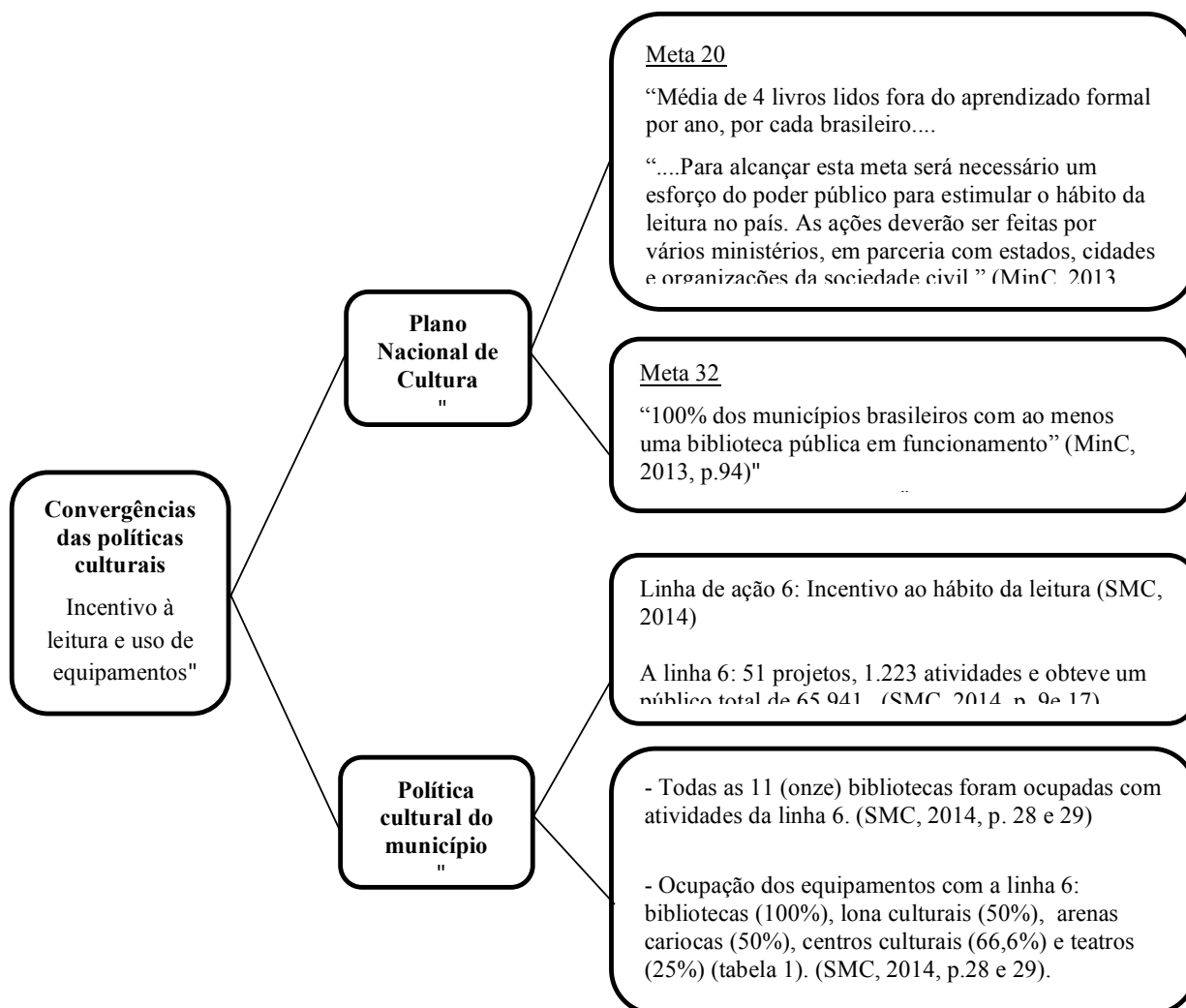


Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro e Plano Nacional de Cultura. Elaboração dos autores

A convergência se destaca tanto no incentivo à leitura quanto no uso do equipamento tradicional para este estímulo. A meta 20 do PNC – sobre a ampliação da média de livro lido fora do ensino formal –

está em sintonia com a linha 6 do PRJ, incentivo ao hábito de leitura. A meta 32 do PNC – sobre ter ao menos 1 (uma) biblioteca em cada município brasileiro – é atendida pela cidade do Rio de Janeiro. Para além das bibliotecas utilizadas em sua totalidade para as atividades da linha 6, outros equipamentos culturais públicos do município são utilizados nos seguintes percentuais – lona culturais (50%), arenas cariocas (50%), centros culturais (66,6%) e teatros (25%) – colocando, novamente, em evidência o papel destes equipamentos no acesso aos bens e valores culturais.

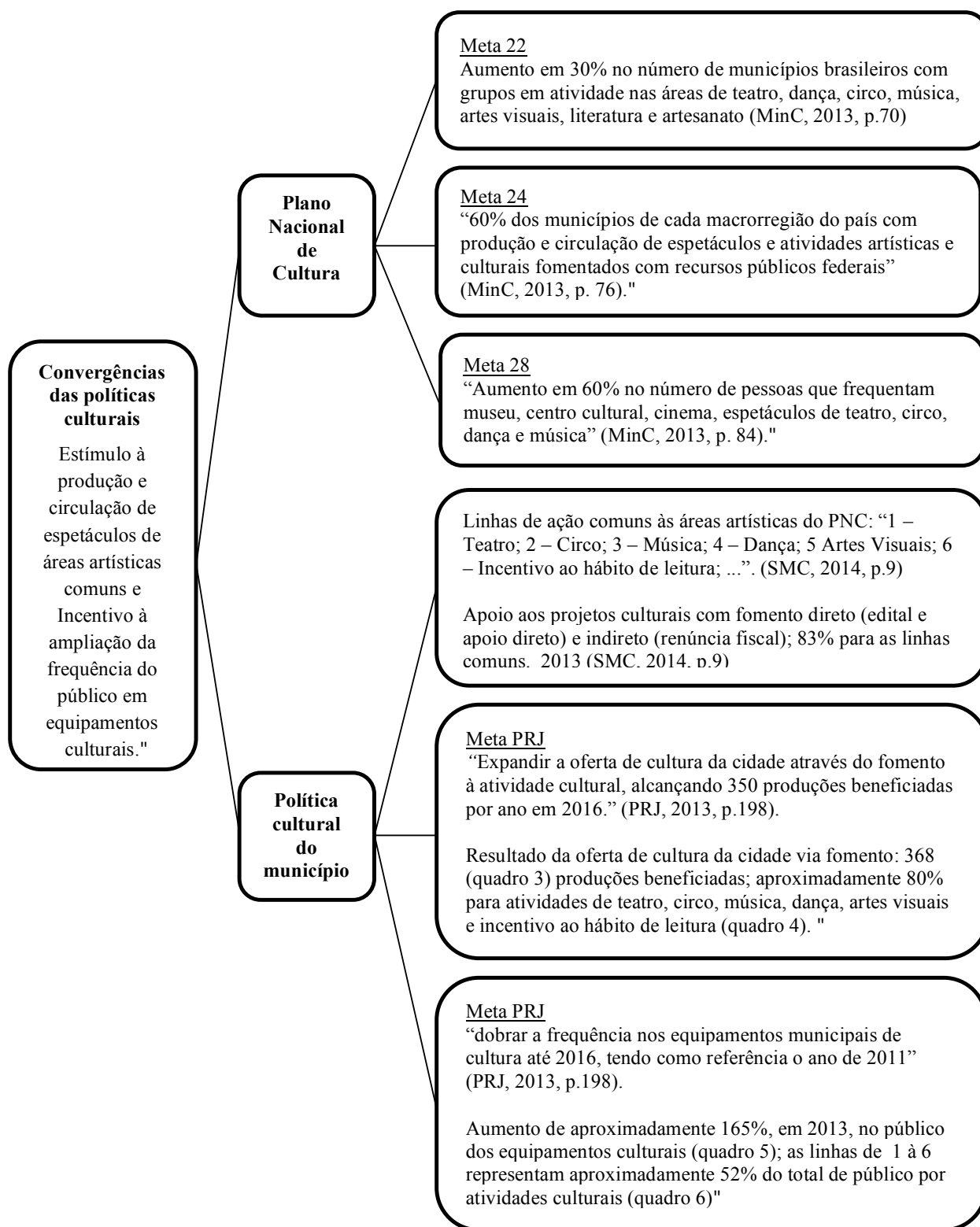
Figura 2: Convergências da subseção 2.1



Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro e Plano Nacional de Cultura. Elaboração dos autores

Há convergências sobre o apoio às áreas artísticas comuns para produção e circulação de espetáculos e sobre o incentivo à ampliação da frequência do público em equipamentos culturais observados nas metas do PNC e, no âmbito municipal, nas metas do PRJ e nos resultados da gestão municipal de 2013. A meta 22 do PNC – sobre o aumento de municípios com grupos de áreas de teatro, dança, música e artes visuais – está em sintonia com as áreas artísticas presentes no Relatório de Gestão 2013 (SMC, 2014) e o fomento municipal para tais atividades culturais. A meta 24 do PNC – sobre a ampliação da produção e circulação de atividades artísticas e culturais – coaduna com a meta do PRJ de expandir as produções de atividades culturais via fomento, superada antes do prazo estabelecido, conforme apresenta o Relatório de Gestão 2013 (SMC, 2014). A meta 28 do PNC – sobre o aumento da frequência em equipamentos e espetáculos ao vivo – converge com a meta do PRJ de dobrar a frequência nos equipamentos, que foi também superada antes prazo final.

Figura 3: Convergências subseção 2.2



Fonte: Relatório de Gestão 2013 e Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro e Plano Nacional de Cultura. Elaboração dos autores

Conclusão

Os equipamentos culturais são centrais nas orientações da política cultural municipal e nacional para mitigar os problemas de acesso aos bens, serviços e valores culturais e o desequilíbrio na distribuição dos equipamentos a fim de trilhar o caminho da democratização do acesso à cultura. Faltam muitos passos, mas o alinhamento entre as políticas culturais em esferas diferentes é importante para potencializar as ações dos agentes e instituições públicas para setor cultural em sua dimensão simbólica, econômica, social e de acesso aos valores culturais.

O fomento para produção e circulação de atividades das áreas artísticas com o suporte dos equipamentos culturais é fundamental para estimular a produção e oferta destes bens e serviços e a difusão de valores culturais. Vai ao encontro da geração de emprego e renda e profissionalização destas atividades. Mas não se pode dizer, ainda, que há um reconhecimento pleno do potencial deste setor produtivo e de seu conteúdo para inclusão socioeconômica, para o desenvolvimento socioeconômico e cultural e para inserção no mercado competitivo, em nível internacional.

Da perspectiva da demanda, as políticas de incentivo ao aumento da frequência e equipamentos alternativos aos tradicionais, como o caso das lonas culturais e arenas cariocas, são fundamentais para ampliação do acesso à cultura. Isto pode ser visto na ocupação destes equipamentos pelas diversas linhas de ação, exacerbando o seu caráter multiuso, dado que se localizam em regiões com maior carência de equipamentos culturais tradicionais.

Por outro lado, entendemos que a existência dos equipamentos e a percepção quantitativa do seu uso para as várias atividades não nos permite uma análise qualitativa dos equipamentos. Para tanto, caberia um aprofundamento da pesquisa com visitação e entrevistas com atores sociais que produzem, ofertam e fazem a gestão dos equipamentos culturais.

A análise efetiva da frequência nos equipamentos, em termos quantitativos, seria possível se houvesse relatórios de gestão subsequentes ao de 2013, com a mesma padronização de dados. O ano de 2013 serviria de marco zero para futura pesquisa quantitativa. Caberia também a análise socioeconômica do público que frequenta os equipamentos para maior conhecimento do seu perfil para novos direcionamentos de política pública para atingir outros públicos e ampliar o acesso.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXl1QMnIPZ8/content/constituicao-federal/10937. Acesso em: dezembro de 2015.
- CARVALHO, Bruna Gomes Leite de. Rio como fomos: políticas culturais de 2001 a 2012. 2013. 113 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). *Relatório de economia criativa 2010*. Nações Unidas, 2010.
- DUISENBERG, Edna dos Santos. Economia criativa, uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, Ana Carla Fonseca (org). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008, páginas 52-73.
- FERRAN, Marcia de Noronha Santos. Participação, política cultural e Revitalização Urbana nos Subúrbios Cariocas: o caso das lonas culturais. 2000. 166f.. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Perfil dos municípios brasileiros 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. (IBGE). *Perfil dos municípios brasileiros – Cultura 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Farias. Espaço, Lazer e Política: Desigualdades na distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Digital*, Buenos Aires, Ano 10, n. 93, Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>. Acesso em: maio de 2013
- MIGUEZ, Paulo. Alguns aspectos do processo de construção do campo de estudos em economia da cultura, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14643-01.pdf>. Acesso em: janeiro de 2011.
- MINISTÉRIO DE CULTURA (MinC). As metas do plano nacional de cultura, 3ª edição, 2013. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/>. Acesso: dezembro de 2013.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (PRJ). Plano estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013 – 2016. Disponível em: http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf. Acesso: 05 de março de 2014.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO (SMC). Relatório de gestão 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/150625/4119229/ApresentacaoResultados2013.pdf>. Acesso: dezembro de 2014.